RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2020, da HB CAPITAL SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S/A ("Instituição"), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

COVID-19

Diante da Pandemia de Covid-19, agravada em março de 2020, a "Instituição" envidou os maiores esforços para limitar a necessidade de trabalho presencial, adotando estratégias para minimizar a exposição de colaboradores e clientes ao contágio e de forma a manter sua atividade econômica em igual nível percebido anteriormente ao período de contingência. De forma ágil, foi implementado e disponibilizado o acesso remoto aos sistemas necessários para a condução das atividades a todos os colaboradores e o percentual de, aproximadamente, 20% continuou executando as atividades de forma presencial seguindo rigoroso cumprimento dos protocolos de segurança requeridos.

Em meio ao cenário de restrições como medidas de enfrentamento ao Coronavírus, implementadas mundialmente e no Brasil, o desempenho do segundo trimestre de 2020 foi afetado pelos impactos da pandemia. Em consequência a Instituição teve suas operações de crédito reduzidas a um volume menor que antes praticado.

BALANÇO PATRIMONIAL

em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019

ATIVO	junho/2020	dezembro/2019
ATIVO	2.353	1.739
CIRCULANTE	1.612	979
Caixa e equivalentes de caixa	4	360
Banco Central - Depósitos para Capital em Dinheiro	1.000	0
Operações de Crédito	<u>604</u>	<u>614</u>
Setor Privado	611	617
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(7)	(3)
Outros Créditos	<u>4</u>	<u>5</u>
Outros Créditos	4	5
NÃO CIRCULANTE	<u>741</u>	<u>760</u>
REALIZÁVEL A LONGO PARAZO	<u>694</u>	<u>744</u>
Operações de Crédito	<u>674</u>	<u>596</u>
Setor Privado	679	599
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(5)	(3)
Outros Créditos	<u>20</u>	<u>148</u>
IRPJ/CSLL a Compensar	20	20
Crédito Tributário	0	128
PERMANENTE	<u>47</u>	<u>16</u>
Outras imobilizações de uso	47	16
PASSIVO	junho/2020	dezembro/2019
PASSIVO	2.353	1.739
CIRCULANTE	113	<u></u>
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	0	2
Obrigações Fiscais e Previdenciárias	56	16
Obrigações Trabalhistas	33	11
Fornecedores a Pagar	22	0
Credores Diversos - País	2	1
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>2.240</u>	<u>1.709</u>
Capital Social	2.000	2.000
Aumento de Capital	1.000	0
Lucros/(Prejuízos) acumulados	(760)	(291)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

Semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO	junho/2020	junho/2019
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	<u>422</u>	<u>88</u>
Operações de crédito	180	0
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	0	88
Operações de Venda ou Transferência de Ativos Financeiros	242	0
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	<u>(6)</u>	<u>0</u>
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(6)	0
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	416	88
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	<u>(757)</u>	<u>(4)</u>
Receita de prestação de serviços	178	0
Despesas de pessoal	(242)	0
Outras despesas administrativas	(648)	0
Despesas tributárias	(47)	(4)
Outras Receitas Operacionais	2	0
RESULTADO OPERACIONAL	<u>(341)</u>	<u>84</u>
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	0	0
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	<u>(341)</u>	<u>84</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	<u>(128)</u>	<u>(21)</u>
Imposto de Renda	0	(13)
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	0	(8)
Ativo fiscal diferido	(128)	0
LUCRO/(PREJUIZO) LÍQUIDO DO PERÍODO	(469)	63
Lucro/(Prejuízo) por ação - R\$/2.000.000	(0,23437)	0,03160

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019

(em milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	junho/2020	junho/2019
Resultado Líquido do Período	<u>(469)</u>	<u>63</u>
(+/-) Outros Resultados Abrangentes da Instituição:	0	0
(+/-) Outros Resultados Abrangentes de Participações Societárias		
p/Equivalência Patrimonial	0	0
Resultado Abrangente do Período	(469)	63

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LÍQUIDO

Semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019

Mutações do Patrimônio Líquido	<u>Capital</u>	Aumento de Capital	<u>Lucros</u> <u>Acumulados</u>	Reservas de Lucros	<u>Total</u>
Saldos em 27 de março de 2019	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>o</u>	<u>o</u>	<u>0</u>
Capital inicial	2.000	0	0	0	2.000
Lucro/(Prejuízo) líquido do período	0	0	63	0	63
Reserva Legal	0	0	(3)	3	0
Dividendos	0	0	(15)	0	(15)
Saldos em 30 de junho de 2019	<u>2.000</u>	<u>0</u>	<u>45</u>	<u>3</u>	<u>2.048</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2019	2.000	<u>0</u>	<u>(291)</u>	<u>0</u>	<u>1.709</u>
Aumento de Capital	0	1.000	0	0	1.000
Lucro/(Prejuízo) líquido do período	0	0	(469)	0	(469)
Saldos em 30 de junho de 2020	<u>2.000</u>	<u>1.000</u>	(760)	<u>0</u>	<u>2.240</u>

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019

Demonstração dos fluxos de caixa	junho/2020	junho/2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro/(Prejuízo) Líquido do Período	(469)	63
(+) Constituição de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	6	0
(+) Despesas de Depreciação e Amortização	4	0
(+/-) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	128	0
Variações nos Ativos e Passivos		
Títulos e Valores Mobiliários	0	(2.088)
Banco Central - Depósitos para Capital em Dinheiro	(1.000)	0
Operações de Crédito	(75)	0
Outros Créditos	1 (2)	0
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assem Obrigações Sociais e Estatutárias	(2) 0	0 15
Obrigações Sociais e Estatutarias Obrigações Fiscais e Previdenciárias	41	25
Obrigações Trabalhistas	22	0
Fornecedores a Pagar	22	0
Credores Diversos - País	1	0
Caixa gerado pelas atividades operacionais	(1.321)	<u>(1.985)</u>
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	0	0
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(1.321)	<u>(1.985)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisições de imobilizado	(35)	0
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(35)</u>	<u>0</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos e Juros sobre o Capital	0	(15)
Capital integralizado / (Redução de Capital)	1.000	2.000
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	<u>1.000</u>	<u>1.985</u>
Caixa e equivalentes a caixa no começo do período	360	0
Caixa e equivalentes a caixa no fim do período	(4)	0
Aumento líquido no caixa e equivalentes a caixa Fonte	(356)	0

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A HB CAPITAL – SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S/A, em processo de alteração da razão social para FONTECRED – SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO, conforme AGE de 22/05/2020, protocolada no Banco Central do Brasil, e homologada em 12/08/2020 ("Instituição") é uma sociedade anônima de capital fechado, que tem como objeto social a prática de operações ativas e acessórias, inerentes à carteira de crédito e financiamento, de acordo com as disposições na Resolução CMN nº 4.656, de 26 de abril de 2018 e alterações posteriores.

Em 27 de março de 2019 o Banco Central do Brasil (BACEN) por meio do Ofício 5934/2019-BCB/Deorf/GTBHO, publicado no DOU desta mesma data, Edição 59, seção 3 e página 35, aprovou a autorização para funcionamento. A Instituição iniciou suas operações a partir de setembro de 2019.

Ao final de março de 2020, em meio ao cenário de restrições como medidas de enfrentamento ao Covid-19, implementadas mundialmente e no Brasil, o desempenho do segundo trimestre de 2020 foi afetado pelos impactos da pandemia. Em consequência a Instituição teve suas operações de crédito reduzidas a um volume menor que antes praticado.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária, normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), consubstanciadas no Plano Contábil das instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). Estas Demonstrações Financeiras foram Aprovadas pela Administração em 31 de agosto de 2020.

As demonstrações financeiras da Instituição estão sendo apresentadas com as alterações advindas da Resolução nº 4.720/19 do CMN e da circular nº 3.959/19 do BACEN.

O Balanço Patrimonial de 31 de dezembro de 2019, apresentado para fins de comparação, foi reclassificado conforme Resolução nº 4.720/19 do CMN e Circular nº 3.935/19 do BACEN. Como consequência, as nomenclaturas e/ou os saldos apresentados nessa demonstração financeira podem diferir daqueles apresentados em períodos anteriores conforme demonstrado na tabela a seguir:

BALANÇO PA	ATRIMONIAL		
De	Para	Publicado em 31/12/2019 Reclassificações	31/12/2019 (Reapresentação)
Disponibilida	ades	(360)	
	Caixa e equivalentes de caixa	360	360

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

- a) Apuração do resultado: O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.
- b) Caixa e equivalentes de caixa: São representados por disponibilidades em moeda nacional, que são utilizados pela instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

- c) Estimativas contábeis: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil que requerem que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, da provisão para créditos de liquidação duvidosa e da provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Instituição revisa as estimativas e premissas a cada data de elaboração das demonstrações financeiras.
 - d) Ativo circulante e realizável a longo prazo:
- (i) Aplicações interfinanceiras de liquidez: São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Títulos e valores mobiliários: A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábil:

Títulos para negociação - Adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado do período. Independentemente do prazo de vencimento, os títulos para negociação são classificados no ativo circulante.

Títulos mantidos até o vencimento - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Títulos disponíveis para venda - Que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento e são registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados a resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

- (ii) Operações de crédito e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa: As operações de crédito são classificadas de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H(perda). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas. A administração também efetua o julgamento quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores. As operações classificadas como nível H, permanecem nessa classificação por no máximo 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por pelo menos cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando em balanços patrimoniais. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução anteriormente referida.
- e) Permanente: Imobilizado: Registrado pelo custo de aquisição ou formação e depreciado pelo método linear, utilizando as taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens, sendo: 10% para móveis, utensílios, instalações e sistemas de segurança, 20% para sistema de processamento de dados e veículos.

- f) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (impairment): É reconhecida uma perda se o valor de contabilização de um ativo excede seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas no resultado do período.
- g) Passivo circulante e exigível a longo prazo: São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do período.
- h) Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda é calculado com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240. A Lei nº 13.169, de 6 de outubro de 2015, majorou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) aplicável as instituições financeiras e assemelhadas. A contribuição social é calculada com base na alíquota de 15% sobre o lucro tributável.
- i) Imposto de renda e contribuição social diferidos: Os créditos tributários são constituídos com base nas disposições constantes na Resolução n° 3.059 de 31 de Dezembro de 2002 e na Resolução n° 3.355 de 31 de março de 2006, do Conselho Monetário Nacional que determinam que a Instituição deve atender, cumulativamente, para registro e manutenção contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, base negativa de contribuição social e aqueles decorrentes de diferenças temporárias, as seguintes condições: Apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, no mínimo, em três exercícios dos últimos cinco exercícios sociais, incluindo o exercício em referência. Expectativa de geração de lucros tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudos técnicos que permitam a realização do crédito tributário em um prazo máximo de dez anos.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa apresentado nas demonstrações dos fluxos de caixa estão constituídos por:

	Junno/2020	dezembro/2019
<u>Descrição</u>	Valor	Valor
Saldos no início do período	360	0
Disponibilidades	4	360
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	4	360
Aumento/(Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(356)	360

5. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Os valores dos contratos de operações de crédito são representados pelo seu respectivo valor presente, apurado com base nas taxas contratuais de cada contrato.

a) Composição por tipo de operações de crédito:

	junho/2020	dezembro/2019
Tipo de Operação de Crédito	Valor	Valor
Financiamento - Setor Privado	1.164	425
Empréstimos - Setor Privado	126	791
Total da Carteira	1.290	1.216
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(12)	(6)
Total da Carteira Líquida	1.278	1.210

b) Composição da carteira por tipo de cliente:

	junho/2020	dezembro/2019
<u>Tipo de Cliente</u>	Valor	Valor
Pessoas Físicas	1.183	969
Pessoas Jurídicas	107	247
Total da Carteira	1.290	1.216
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(12)	(6)
Total da Carteira Líquida	1.278	1.210

c) Composição da carteira por vencimento, considerando as parcelas dos contratos:

	junho/2020	dezembro/2019
Total a vencer	Valor	Valor
Vencidos	20	0
até 3 meses	195	185
de 4 a 12 meses	396	432
de 1 a 3 anos	679	599
Total da Carteira	1.290	1.216
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(12)	(6)
Total da Carteira Líquida	1.278	1.210

d) Classificação da carteira de crédito por níveis de risco:

2020				
Classificação de Risco	Empréstimos e Financiamentos	Total da Carteira	% Risco	PCLD
A	1.129	1.129	0,5	(6)
В	40	40	1,0	0
С	81	81	3,0	(2)
D	40	40	10,0	(4)
	1.290	1.290		(12)

Classificação	Empréstimos e	Total da		
de Risco	Financiamentos	Carteira	% Risco	PCLD
Α	1.216	1.216	0.5	(6)

2019

e) Resultado das operações de crédito:

	junho/2020	junho/2019
Descrição	<u>Valor</u>	Valor
Rendas de empréstimos	51	0
Rendas de financiamentos	129	0
Total	180	0

f) Movimento da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	junho/2020	dezembro/2019
Descrição	Valor	Valor
Saldos no início do período	(6)	0
Constituição	(6)	(6)
Total	(12)	(6)

6. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social:

		2020		2019	
Descrição	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(341)	(341)	84	84	
(+) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6	6	0	0	
Lucro Real	(335)	(335)	84	84	
Imposto de Renda e Contribuição Social	0	0	(13)	(8)	

7. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- a) Capital social: O Capital social é de R\$ 2.000.000 (dois milhões de reais) e estão representadas por 2.000.000 (dois milhões) de ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas por acionistas domiciliados no país. b) Reservas de lucros: A reserva legal deve ser constituída obrigatoriamente a base de 5% sobre o lucro líquido do período, limitado a 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. c) Dividendos: Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, deduzido a reserva legal, exceto na ocorrência da hipótese prevista no §3 do artigo 202 da lei 6.404/76 que prevê a possibilidade de retenção de todo lucro pela sociedade. O saldo remanescente, se houver, terá a aplicação que lhe destinar a assembleia geral, por proposta da diretoria, observadas às disposições legais.
- b) Por Assembleia Geral Extraordinária, datada de 22/05/2020, a Instituição aumentou o capital social para R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), com a integralização e depósito do valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) junto ao Banco Central do Brasil. O processo de aumento de capital protocolado no Banco Central do Brasil foi homologado em 12/08/2020.

O aumento de capital justifica-se pelo aumento de demanda de suas operações, que precisará, também, aumentar o capital de giro de curto prazo.

8. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

a) Receitas de prestação de serviços:

	junho/2020	junho/2019
Descrição	Valor	Valor
Confecção de Cadastro - Pessoa física	175	0
Confecção de Cadastro - Pessoa jurídica	3	0
Total	178	0

b) Despesa de pessoal:

	junho/2020	junho/2019
Descrição	Valor	Valor
Despesas de pessoal - benefícios	38	17
Despesas de pessoal - encargos sociais	46	33
Despesas de pessoal - proventos	135	91
Despesas de pessoal - treinamentos	23	23
Total	242	164

c) Outras despesas administrativas:

	junho/2020	junho/2019
Descrição	Valor	Valor
Despesas de Água, Energia e Gás	1	0
Despesas de Aluguéis	35	0
Despesas de Comunicações	14	0
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	3	0
Despesas de Material	13	0
Despesas de Processamento de dados	258	0
Despesas de Promoções e relações publicas	5	0
Despesas de Propaganda e publicidade	1	0
Despesas de Serviços do sistema financeiro	42	0
Despesas de Serviços de terceiros	71	0
Despesas de Serviços de técnicos especializados	165	0
Despesas de Transportes	6	0
Depreciações e amortizações	4	0
Outras despesas administrativas	30	0
Total	648	0

d) Despesas tributárias:

	junho/2020	junho/2019
Descrição	Valor	Valor
Despesas com COFINS	24	3
Despesas com PIS	4	1
Imposto sobre Serviços Prestados (ISS)	9	0
Despesas Tributárias	10	0
Total	47	4

9. GERENCIAMENTO DE RISCOS

a) Estrutura de Gerenciamento de Risco Operacional, Mercado e Crédito. A INSTITUIÇÃO, atendendo às disposições da Resolução nº 4.557/17, possui estrutura de gerenciamento de riscos capacitada a identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos relevantes a que está sujeita, inclusive aqueles decorrentes de serviços terceirizados, cujas classes principais são: risco de crédito, risco de mercado, risco operacional, risco de liquidez e risco de taxa de juros da carteira bancária. Complementarmente, a INSTITUIÇÃO conta também com estrutura voltada ao gerenciamento de capital, com o objetivo de avaliar a necessidade de capital para face aos riscos mencionados, inerentes às suas operações e negócios. b) Gerenciamento de capital: a INSTITUIÇÃO avalia a adequação de seu Patrimônio de Referência (PR) para fazer face aos riscos assumidos em suas operações com base nos modelos padronizados estabelecidos pelo Banco Central do Brasil. A estrutura responsável pelo gerenciamento de capital da INSTITUIÇÃO é adequada à complexidade de suas operações. c) Risco de mercado: os instrumentos financeiros da INSTITUIÇÃO são classificados como carteira de não negociação (carteira bancária). A estrutura dedicada ao controle e monitoramento do Risco de Mercado atua por meio de normativas, metodologias e limites condizentes com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição da INSTITUIÇÃO. d) Risco de crédito: o processo de crédito, desde a proposição e captura dos dados cadastrais até o encaminhamento para cobrança, é suportado por sistema integrado de fornecedor terceiro. O monitoramento contínuo da exposição ao risco de crédito ocorre tanto em nível individual quanto em nível agregado de operações com características semelhantes, visando a detecção tempestiva de indícios de deterioração da qualidade da carteira. e) Risco de liquidez: a INSTITUIÇÃO trabalha com níveis de liquidez ("colchão") para horizontes de curto e longo prazo, e análise constante de sua adequação para fazer face aos descasamentos do fluxo de caixa. f) Risco operacional: a análise qualitativa de riscos é realizada por meio do mapeamento de processos, que consiste em levantar e documentar o fluxo das principais atividades da INSTITUIÇÃO, de modo a obter os elementos necessários para identificação e análise dos riscos inerentes. Informações adicionais relacionadas à estrutura de gerenciamento de riscos estão disponíveis no Relatório de Gestão de Riscos.

GUSTAVO RESENDE RIBEIRO Diretor Geral SILAS DE MELO FURTADO Diretor

LUIZ FERNANDO MESSIAS BISPO CONTADOR – CRC 1SP105235/O-6



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Senhores - Diretores e Acionistas da **HB CAPITAL - SOCIEDADE DE CRÉDITO DIRETO S/A** São Paulo SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **HB CAPITAL - SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S/A** ("Sociedade") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa correspondente ao semestre findo em 30 de junho de 2020, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **HB CAPITAL - SOCIEDADE DE CREDITO DIRETO S/A** em 30 de junho de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa correspondente ao semestre findo em 30 de junho de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à "Sociedade", de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da "Sociedade" é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da "Sociedade" é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações Contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a "Sociedade" continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a "Sociedade" ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da "Sociedade" são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da "Sociedade".



- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da "Sociedade". Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a "Sociedade" não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive
 as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os
 eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais de deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 17 de setembro de 2020.

VENEZIANI AUDITORES INDEPENDENTES CRC 2SP13744/O-1

ALCINDO TAKACHI ITIKAWA CONTADOR CRC 1SP088652/O-9